

PREFÁCIO

A Antropologia e os Direitos Fundamentais

Com a publicação de *Antropologia e Direitos Humanos 7*, a Associação Brasileira de Antropologia dá a público os resultados do concurso VII Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Edição 2016: “Antropologia e Direitos Humanos: direitos, conflitos e cidadania”. Trata-se de uma iniciativa que se estabeleceu no ano 2000, durante a gestão da Prof^a Yonne de Freitas Leite como Presidente, tendo o Prof. Ruben Oliven como seu Vice-Presidente e a Prof^a Regina Reyes Novaes como Secretária Geral, a primeira premiação tendo sido conduzida pelo Prof. Roberto Kant de Lima, então Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ABA.

Naquela ocasião, o apoio e a parceria da Fundação Ford na viabilização de recursos para publicação dos resultados, ensejou o primeiro de uma série de livros que demonstram o amplo espectro reflexivo, o compromisso ético e a responsabilidade social dos antropólogos no Brasil com a defesa dos direitos fundamentais de expressivos segmentos da população brasileira, em larga medida pautados na Constituição de 1988, em legislação complementar, e em Convenções Internacionais das quais o Brasil é signatário. Antecedendo o prêmio, no entanto, temos o volume intitulado *Desenvolvimento e Direitos Humanos a responsabilidade do antropólogo, organizado pelos Professores Antonio Augusto Arantes Neto (Presidente da ABA no período de 1988-1990), Guita Grin Debert e Guillermo Raul Ruben, um indicativo do quanto esse singular entrecruzamento constitutivo da prática da Antropologia produzida no Brasil está presente ao longo de toda a história da Associação Brasileira de Antropologia*¹.

¹ Disponível em http://www.portal.abant.org.br/livros/Desenvolvimento_e_Direitos_Humanos_a_responsabilidade_do_antrop%C3%B3logo.pdf. Todos os volumes do prêmio acham-se disponíveis em <http://www.portal.abant.org.br/index.php/bibliotecas/livros>. Para mais informações ver Kant de Lima, Roberto. “A Comissão de Direitos Humanos da ABA: um histórico” In: NOVAES, Regina, org. *Direitos Humanos: Temas e perspectivas*. Rio de Janeiro; Brasília: Mauad; ABA, 2001, pp.15-22.

Os seis exemplares que antecedem o presente permitem que se trace um vívido panorama da abrangência e da profundidade da Antropologia que se produz no Brasil, assim como da arbitrariedade das infrações ao respeito aos direitos fundamentais, em nosso país e alhures, onde quer que tenha sido feita a pesquisa que enseja o trabalho premiado e publicado. Uma visita a essa coleção é sobremodo importante em tempos como os que vivemos, no Brasil e no mundo, em que os direitos de muitos parecem a cada dia valer menos diante dos direitos de minorias mais poderosas e restritas, em que os antropólogos se veem ameaçados de criminalização no seu fazer profissional e no exercício dos princípios éticos da disciplina, como no caso da pequena participação que os profissionais da Antropologia entretêm nos processos jurídico-administrativos capitaneados por agências do Estado brasileiro, e de acordo com legislação e normas específicas, no trabalho de identificação de terras de povos indígenas e de comunidades quilombolas. Podemos com essa “coleção”, e com tantos outros investimentos realizados pela Associação, mostrar de modo claro e inequívoco como trabalhamos, as teorias e métodos que alicerçam nossos trabalhos, base cognitiva a posicionamentos não apenas analíticos, mas também de comprometimento com o exercício da cidadania na luta por Estados Nacionais e por uma governança global mais equânime e justa.

ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA
Presidente
Associação Brasileira de Antropologia
Políticas da Antropologia (2015-2016)



